OS AMBIENTES ESCOLARES DA EDUCAÇÃO INFANTIL ATÉ O ENSINO SUPERIOR

DANIELA CARNEIRO LOPES

RESUMO

Esse artigo pretende mostrar que os ambientes escolares, desde a educação infantil até o ensino superior, desempenham um papel fundamental no processo educacional dos estudantes. Cada etapa de ensino possui características específicas que influenciam diretamente no desenvolvimento e aprendizado dos alunos. Na educação infantil, os ambientes escolares são projetados para estimular a curiosidade, a criatividade e o desenvolvimento das habilidades motoras e cognitivas das crianças. Espaços coloridos, lúdicos e interativos são essenciais para criar um ambiente acolhedor e propício ao aprendizado nesta fase inicial da jornada educacional. À medida que os estudantes avançam para o ensino fundamental e médio, os ambientes escolares se tornam mais estruturados e focados no desenvolvimento de competências acadêmicas e sociais. Salas de aula equipadas, laboratórios de ciências, bibliotecas e espaços esportivos contribuem para uma formação integral dos alunos, promovendo o conhecimento teórico e prático em diversas áreas do saber. No ensino superior, os ambientes escolares se expandem para além das salas de aula, incluindo laboratórios especializados, centros de pesquisa, bibliotecas universitárias e espaços de convivência estudantil. A interação com professores renomados, a participação em projetos de pesquisa e a vivência em ambientes acadêmicos diversificados enriquecem a experiência de aprendizado dos universitários, preparando-os para os desafios do mercado de trabalho e para uma atuação profissional qualificada e ética.

PALAVRAS-CHAVE: Ambientes Acadêmicos; Educação Infantil; Desenvolvimento.

INTRODUÇÃO

Entender as formas de comunicação de crianças e jovens e identificar suas visões e anseios é crucial para os educadores alcançarem resultados positivos em relação à promoção da participação e autonomia nas séries iniciais do ensino fundamental no Brasil. A legislação educacional estabelecida no final do século XX, mais especificamente em 1996, reconheceu a importância de os professores do ensino regular elaborarem seus planos de aula voltados para a educação infantil, visando principalmente a busca pela inclusão e pela autonomia das crianças.

A Educação Infantil no Brasil está em processo de redefinição, abandonando abordagens assistencialistas e afetivas que não requerem qualificações acadêmicas para os professores e não buscam transformar o comportamento das crianças com dificuldades de aprendizagem por meio de métodos pedagógicos que enfatizam a escuta ativa e desafios que estimulem o pensamento crítico das crianças.

Para garantir uma educação inclusiva e promover a autonomia das crianças nas séries iniciais, é fundamental contar com profissionais capacitados para planejar e implementar práticas pedagógicas adequadas para esse público, como ressalta a importância de entender a linguagem e o pensamento das crianças. (KINNEY. 2009)

Nesse sentido, o planejamento educacional deve buscar explorar as habilidades individuais de cada criança, promovendo a inclusão e o ensino que estimule transformações significativas para a formação de cidadãos críticos e autônomos.

É essencial compreender que o modelo educacional proposto para a educação infantil não é estático, sendo necessário ajustes contínuos para se adequar à diversidade cultural e educacional de cada região do Brasil. Capacitar os profissionais educadores para compreender e valorizar a diversidade de linguagens das crianças é o primeiro passo para essa transformação.

A experiência demonstra que a criatividade das crianças é vasta e requer educadores capacitados para explorá-la e gerar impactos significativos em sua formação. Apesar de algumas iniciativas isoladas, a educação infantil no Brasil, principalmente na esfera pública, enfrenta desafios estruturais, sociais

e culturais que dificultam a implementação de um modelo de ensino de qualidade para todas as crianças.

A EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A trajetória histórica da educação no Brasil foi marcada por mudanças significativas e permanece em constante evolução na busca por padrões internacionais, refletindo a construção social do país.

O momento da chegada dos colonizadores portugueses ao território brasileiro representa um marco relevante para a organização da educação no país. Embora os povos nativos já possuíssem métodos de instrução, transmitidos desde a infância por meio da cultura e dos costumes locais, não existiam registros de um sistema educacional formalizado.

A educação estruturada no Brasil teve início com a atuação dos jesuítas, membros da Ordem dos Jesuítas, que se dedicaram à catequese dos nativos, inicialmente ensinando-lhes a língua portuguesa e aspectos básicos da cultura europeia, como o vestuário, devido às diferenças culturais (ALVES, 2005). É importante notar que, apesar da influência europeia, os povos nativos já possuíam métodos educativos próprios.

Tomé de Souza, atendendo às ordens de D. João III, trouxe os jesuítas para difundir o catolicismo no Brasil. Diante das barreiras culturais e linguísticas entre os nativos e os jesuítas, foi essencial adaptar os métodos de ensino, resultando na criação de escolas e missões ao longo do litoral brasileiro para ensinar não apenas a fé católica, mas também a língua e os costumes portugueses.

Com a chegada dos primeiros jesuítas em 1549, surgiram as primeiras iniciativas de educação formal na colônia. Essa nova realidade também impulsionou a criação das primeiras leis educacionais no Brasil, sob a influência da Igreja Católica, que liderava a oferta educacional por meio dos padres jesuítas, como Manoel da Nóbrega, Vicente Rodrigues e Antônio Vieira.

O empenho dos jesuítas visava não apenas a conversão religiosa, mas também a alfabetização dos nativos, uma vez que a transmissão da fé católica era dificultada pela barreira linguística. Assim, além da catequese, os nativos aprendiam a ler e escrever.

A influência educacional jesuítica teve início em Salvador e se expandiu para o sul do país, com escolas de Educação Elementar em diversas regiões. O Regulamento das escolas jesuíticas, conhecido como Ratio Studiorum, estabelecia normas para a prática educacional, consolidando as diretrizes pedagógicas da Companhia de Jesus.

O método de ensino jesuítico incluía não apenas a alfabetização, mas também cursos de Letras, Filosofia, Teologia e Ciências Sagradas, visando formar sacerdotes e oferecendo uma educação abrangente. Esse modelo educacional prevaleceu por mais de dois séculos, sendo encerrado em 1759 com a expulsão dos jesuítas por ordem do Marquês de Pombal.

Após a Independência do Brasil em 1822, foram implementadas medidas educacionais, como o Método Lancaster, devido à escassez de professores, que consistia no ensino mútuo supervisionado por alunos treinados, chamados de "decuriões", para grupos de estudantes, os "decúrias". Essas práticas demonstram a evolução e os desafios enfrentados ao longo da história da educação no Brasil.

Em 1824, foi promulgada a primeira Constituição Brasileira, concedida em 25 de março, que assegurava a unidade do território nacional e estabelecia a divisão do governo em quatro poderes: Executivo, Legislativo, Judiciário e Moderador, este último reservado ao imperador, conferindo-lhe o poder de intervir nas decisões dos demais poderes. De acordo com o Art. 179, parágrafo 32 dessa Carta Constitucional, a educação primária seria gratuita para todos os cidadãos, e instituições de ensino deveriam oferecer ciências, letras e artes.

Durante a abertura do Parlamento em 1826, um decreto determinou a divisão da educação em quatro níveis: "Pedagogias" para a instrução primária, "Liceus" para o ensino profissionalizante, "Ginásios" para a educação secundária, e "Academias" para o Ensino Superior.

A Lei de 15 de outubro de 1827 estabeleceu, entre outras medidas, a obrigatoriedade de escolas de primeiras letras em todas as cidades mais populosas, a adequação dos salá-

rios dos professores às circunstâncias locais, o uso de ensino mútuo em capitais provinciais ou locais populosos, e a provisão de materiais adequados às escolas, financiados pelo Governo. Os professores das escolas de ensino mútuo deveriam custear sua própria formação. Conforme essa lei, os professores deveriam ensinar leitura, escrita, matemática básica, geometria, gramática, princípios morais cristãos e doutrinas da religião católica.

O Ato Adicional de 1834 determinou que as províncias seriam responsáveis pela administração do ensino primário e secundário, e em 1835, a primeira Escola Normal foi aberta em Niterói. Apesar dos esforços e investimentos, a educação no Brasil ainda enfrentava desafios e não alcançava resultados satisfatórios.

Uma nova abordagem educacional começou a surgir com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, liderado por Francisco Campos, que se destacou pela eficácia de sua gestão. A Revolução de 1930 foi um marco crucial na história econômica do Brasil, proporcionando investimentos internos e demandando mão de obra qualificada, o que impulsionou investimentos na educação.

A criação do Ministério da Educação e Saúde Pública em 1930 resultou em decretos em 1931 para reformar a organização do ensino secundário e estabelecer universidades brasileiras, conhecidos como a Reforma Francisco Campos. A Constituição de 1934 declarou a educação como um direito de todos, sendo responsabilidade da família e do Estado.

Em 1942, foram implementadas reformas educacionais, conhecidas como Leis Orgânicas do Ensino, que incluíam a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) para oferecer ensino profissionalizante, sob a liderança do Ministro Gustavo Campanema. A Constituição de 1946, promulgada após o fim do Estado Novo, estabeleceu a obrigatoriedade do ensino primário e determinou que a legislação sobre diretrizes e bases da educação seria de competência da União.

Além disso, a recente Constituição reiterou que a educação é um direito universal, inspirada nos ideais promovidos pelos Pioneiros da Educação Nova, conforme expresso no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, publicado nos primeiros anos da década de 30.

Durante o Regime Militar, a educação brasileira enfrentou um período sombrio, caracterizado por um viés antidemocrático, que buscava legitimar o governo em vigor. Nesse contexto, professores foram detidos, submetidos a torturas e demitidos, levando muitos deles a se exilarem para garantir suas vidas.

Universidades foram invadidas e estudantes foram arbitrariamente presos, torturados e, em alguns casos, mortos em confrontos com as forças policiais. O Decreto-lei 477 resultou no fechamento da União Nacional dos Estudantes (UNE) e na repressão tanto de docentes quanto de discentes.

Durante esse período, foram implementados exames vestibulares classificatórios devido à expansão significativa das universidades no país. O principal objetivo desses exames era eliminar os excedentes, indivíduos com notas elevadas que não conseguiam vagas devido à escassez de oportunidades no Ensino Superior.

Visando combater o analfabetismo, os militares estabeleceram o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), que adotava as técnicas pedagógicas de Paulo Freire. No entanto, o projeto não obteve o sucesso esperado e foi eventualmente substituído pela Fundação Educar.

Durante o período mais repressivo da Ditadura Militar, foi promulgada a Lei nº 5.692 em 1971, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que se destacava pela ênfase na formação profissional.

Com o fim do Regime Militar, a atenção política se voltou para a superação dos traumas vividos durante os "anos de chumbo". Nesse novo cenário, a educação passou a ser compreendida de forma mais abrangente, contando com a contribuição ativa de intelectuais de diversas áreas do conhecimento. A educação deixou de ser apenas um processo de transmissão de conhecimento para se integrar à vida dos educandos.

A nova Constituição motivou o Deputado Octávio Elísio a apresentar um Projeto de Lei para uma nova LDB à Câmara Federal em

1988. Apesar de diversas tentativas anteriores de reformulação da LDB, somente em 1996 o Deputado Darcy Ribeiro conseguiu a aprovação de seu projeto, consolidando as diretrizes educacionais na Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

A EDUCAÇÃO INFANTIL E SUA QUALIDADE

O primeiro passo para garantir um ensino de qualidade no ambiente escolar, especialmente nas séries iniciais, onde os alunos estão ávidos por novos conhecimentos, envolve fortalecer os laços entre os professores e os educandos, evitando comportamentos preconceituosos ou discriminatórios em relação aos alunos com dificuldades de aprendizagem.

Nesse contexto, é fundamental promover a inclusão social no espaço pedagógico. Como ressalta Barbosa (2008, p. 39): "o dinamismo da inclusão social deve ser uma constante no processo de ensino, permitindo que os alunos tenham voz e possam opinar de forma crítica e construtiva, sem discriminação contra aqueles com desafios intelectuais".

Esse tipo de abordagem permite que os alunos se sintam como agentes ativos na construção do conhecimento, contribuindo para a formação de sujeitos críticos e participativos na sociedade, sem práticas discriminatórias ou violências relacionadas às adversidades.

Além do papel fundamental dos professores, o gestor pedagógico desempenha um papel crucial na promoção da inclusão na escola, adotando uma gestão participativa que inclua lideranças estudantis. Essa abordagem permite que os alunos participem ativamente das decisões e contribuam com opiniões sobre as práticas educacionais e os modelos de aprendizagem, garantindo um ambiente mais inclusivo e democrático.

Atualmente, a escola, por meio de seus educadores e da direção, deve demonstrar sua capacidade de proporcionar uma educação de qualidade para todos, sem discriminação, superando o ensino puramente teórico e adaptando-se às transformações tecnológicas em curso. É essencial que a escola seja um espaço acolhedor, inclusivo e propício ao desenvolvimento integral dos alunos, promovendo um aprendizado significativo e relevante para a vida em sociedade.

É fundamental que os professores estejam em constante processo de atualização e reciclagem de conhecimento, buscando novas formas de ensino que possam impactar positivamente a realidade da sala de aula.

Atualmente, tem sido alvo de intensos debates a necessidade de mudanças no modelo de ensino público voltado para as crianças, de modo a atender às diretrizes estabelecidas na Constituição e no Estatuto da Criança e do Adolescente. Uma das mudanças mais importantes nesse processo de transformação educacional é a consolidação da conscientização dos educadores sobre a importância da intervenção do poder público para fortalecer a administração escolar, com foco na gestão democrática, participativa e inclusiva.

Para que os educadores se tornem agentes ativos desse desenvolvimento protagonista, é essencial fortalecer as instituições escolares, incluindo os conselhos de classe, as associações de pais e os profissionais da pedagogia, responsáveis por conduzir esse processo de transformação. Além disso, os gestores escolares, como inspetores, supervisores e pedagogos, devem desempenhar um papel mais atuante e participativo nas decisões tomadas nas escolas públicas em nosso país.

Outra conclusão importante é o papel crucial dos diretores das escolas, que devem promover a participação de todos os membros da comunidade escolar, envolvendo especialmente a comunidade local. Por sua vez, a comunidade escolar também deve cobrar essa participação ativa e não se manter passiva, evitando comportamentos autoritários da direção e promovendo uma abordagem mais colaborativa.

Uma das estratégias fundamentais para fomentar o protagonismo infantil na educação básica é transformar a didática nas escolas e o comportamento dos professores, criando condições que favoreçam a autonomia dos alunos, especialmente daqueles com dificuldades de aprendizagem e comportamentais. De acordo com Edwards (1999, p.97):

Práticas pedagógicas como aquelas que priorizam o método da escuta, onde as crianças têm a oportunidade de desenvolver suas

atividades de forma livre e espontânea, permitindo que questionem os professores, são ferramentas importantes para estimular o protagonismo infantil e combater comportamentos discriminatórios e preconceituosos no ambiente escolar.

Portanto, o protagonismo infantil se revela como uma possibilidade de proporcionar aos alunos das séries iniciais a liberdade de criar e produzir trabalhos a partir de sua imaginação e percepção do ambiente ao seu redor.

O modelo atual da didática do ensino infantil nas escolas públicas no Brasil, direcionado às crianças, muitas vezes exclui a promoção da liberdade de pensamento que leva à criação de novas situações. Frequentemente, os alunos não têm autonomia e liberdade para questionar as situações e condições em seu ambiente. Uma forma de fomentar o protagonismo infantil é através do modelo da didática da escuta, permitindo que as crianças interajam com outras pessoas, incluindo seus pais, que desempenham um papel crucial no desenvolvimento comportamental.

A discussão sobre o protagonismo infantil também envolve a transformação da didática na educação infantil, através da educação continuada dos professores, para implementar métodos mais eficazes na formação das crianças das séries iniciais. Os professores desempenham um papel fundamental nesse processo, possibilitando que as crianças desenvolvam comportamentos autônomos e criativos.

É essencial que os professores reconheçam a capacidade das crianças de criar e produzir novas situações, desde que suas potencialidades sejam exploradas de maneira adequada. O envolvimento da família é crucial para o processo de ensino-aprendizagem, permitindo que as crianças compartilhem os momentos escolares com seus familiares, enriquecendo a experiência educacional.

Os professores devem estar atentos às falas e linguagens dos alunos, explorando suas potencialidades e fraquezas, de modo a promover um ensino de qualidade e inclusivo. Estimular o diálogo, proporcionar oportunidades de descoberta de novas realidades e reconhecer os direitos de cada criança, levando em consideração suas especificidades, são práticas que favorecem o protagonismo infantil com a participação ativa dos educadores.

A ludicidade e as atividades práticas desempenham um papel fundamental no desenvolvimento das potencialidades das crianças e na promoção da inclusão social. A metodologia dos conteúdos escolares que emprega abordagens lúdicas é essencial para o surgimento do protagonismo infantil, favorecendo o desenvolvimento cognitivo e a interação social.

Quando as crianças se sentem integrantes de todo o projeto escolar e valorizadas pelos educadores e suas famílias, mesmo em situações de exclusão social, isso contribui significativamente para o desenvolvimento de sua personalidade e aprendizado. É fundamental que as escolas promovam ações que estimulem o protagonismo infantil, pois o não cumprimento dessas práticas pode comprometer os resultados esperados das ações dos professores no contexto escolar.

O método da escuta proporciona a liberdade de expressão e de pensamento dos alunos, sendo essencial para o desenvolvimento de sua autonomia e para que sejam considerados protagonistas em sua formação escolar inicial. A liberdade de expressão, tanto por meio da fala quanto de figuras e imagens, é fundamental para que os alunos possam demonstrar suas potencialidades e também suas dificuldades ao opinar diante do grupo durante as atividades.

Conforme FREIRE (2007), se a preparação dos professores não for adequada, o processo do método da escuta pode resultar em desvantagens para o aprendizado e o desenvolvimento do pensamento crítico dos alunos. Os espaços escolares onde as práticas educacionais são realizadas também desempenham um papel crucial no desenvolvimento do protagonismo infantil. A falta de espaços adequados pode limitar a capacidade dos alunos de exercer um pensamento criativo diante de novas situações.

Profissionais professores devem ser criativos em suas abordagens pedagógicas, conforme evidenciado por experiências em escolas brasileiras. Quando os alunos são expostos a novos espaços e atividades que

estimulam sua curiosidade, o aprendizado tende a ser mais positivo. É importante ressaltar que todos os alunos nessa faixa etária têm potencialidades e fraquezas que podem estar ocultas, e cabe aos educadores serem criativos para descobrir tais aspectos em seus alunos.

De acordo com SENGE (2005), o método da escuta como metodologia pedagógica é amplamente recomendado como uma ferramenta que permite aos educadores descobrir novas possibilidades de inclusão social e contribuir para a redução dos índices de evasão escolar causados pelo sentimento de exclusão entre os estudantes.

A educação infantil deve ser vista como uma oportunidade para explorar os talentos dos alunos e não limitar sua capacidade de participação diante de colegas e professores. O processo de escuta oferece aos alunos a oportunidade de manifestar questões relacionadas a problemas de relações pessoais no ambiente familiar que podem impactar seu desempenho escolar, cabendo à escola intervir e criar um ambiente propício para o desenvolvimento das competências e habilidades dos alunos.

Escolas e profissionais educadores, especialmente em uma abordagem de gestão democrática, têm a responsabilidade social de implementar métodos pedagógicos voltados para o desenvolvimento cognitivo e para que os alunos da educação infantil se sintam como protagonistas em seu processo de formação básica. Dessa forma, é possível construir uma formação básica de qualidade, sem alienar os alunos, permitindo que, por meio do método democrático da escuta, as crianças se tornem críticas e capazes de se posicionar no contexto social em que estão inseridas no futuro.

DOCÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

As constantes mudanças políticas, econômicas e sociais ocorridas no mundo requerem que a escola esteja atenda às exigências impostas pelo novo modelo de sociedade. Na atualidade, as instituições escolares estão passando por vários desafios e mudanças, tornando-se relevantes para elas, aspectos como inovação, desempenho, competitividade e produtividade.

Compreende-se também, a necessidade de se considerar os conhecimentos prévios do aluno, com finalidade de prepará-lo para pensar e agir democraticamente em uma coletividade nem sempre democrática.

De acordo com Delors (1999):

A educação necessária para o século XXI deve assentar-se sobre princípios educacionais associados à educação contínua e permanente, permitindo ao aluno aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser.

É importante ressaltar que a democratização efetiva da educação é promovida não apenas pela gestão da educação, conforme definido pela Constituição e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96). O essencial é despertar o processo educacional e o ambiente escolar pelas mais altas qualidades de ensino, a fim de que todos busquem na educação métodos para desenvolver os conhecimentos, as habilidades e as atitudes necessárias para participar de modo efetivo e consciente do processo de democratização da educação.

A Universidade e seus profissionais devem cada vez mais investir em conhecimento e socializá-lo para que a organização escolar aumente sua capacidade de criar e de inovar, já que conhecer novas perspectivas, iniciativas e modelos mentais possibilitam ao gestor escolar mudar seu olhar em relação a situações atuais. A alienação deixa de fazer parte de seu cotidiano e passará, então, a compreender processos e culturas que permeiam o ambiente educacional.

Na apresentação da Didática Magna, ou Tratado da arte universal de ensinar tudo a todos, comenta os objetivos de sua proposta: “A proa e a popa da nossa didática será investigar e descobrir o método segundo o qual os professores ensinem menos e os estudantes aprendam mais Nas escolas, haja menos barulho, menos enfado, menos trabalho inútil, e, ao contrário, haja mais recolhimento, mais atrativo e mais sólido progresso Na Cristandade, haja menos trevas, menos confusão, menos dissídios, mais ordem, mais paz e mais tranquilidade.

Segundo Castro, (2006, p. 16):

Comênio escreveu, entre outras obras, a Didática Magna, instituindo a nova disciplina como "arte de ensinar tudo a todos". Dessa ambição participa também Ratíquio, e ambos, pautados por ideias ético-religiosos, acreditavam ter encontrado um método para cumprir aqueles desígnios de modo rápido e agradável.

Desde então, a Didática e o ensino associam-se como arte, entendida, nesse contexto, como uma técnica, modo específico de realizar uma tarefa e um ofício, como o saber técnico do artesão, do operário, do trabalhador. O professor, então, é alguém que conhece e domina sua profissão, um profissional especializado. O ensino é pensado como uma profissão.

A didática é um dos principais fundamentos para o professor por se tratar do estudo da arte do ensino, que compreende vários fatores que influenciam diretamente no processo de ensino e aprendizagem e na relação professor-aluno, portanto, compreendê-la e buscar seus fundamentos é de vital importância para a prática pedagógica.

Desde o início, é claro e delimitado o objeto de estudo da didática: o ensino. A grande problemática surge a partir de o ensino ser considerado um mero campo da educação; aspecto este que interfere no melhor desempenho do ensino e no sucesso da educação. Ensinar educando é uma questão base para sustentar uma ideologia educacional, que se complementa com a ideia de educar, não só ensinando.

Essa questão de educação e de ensino, e sua necessária distinção geram muitos posicionamentos, que vão além das simples distinções de termos. Trata-se de um assunto bastante polêmico, apesar de alguns autores considerarem-no uma falsa questão. Para Abreu e Masetto (l986), uma das mais importantes opções feitas pelo professor dá-se entre o ensino que ministra ao aluno e a aprendizagem que este adquire.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino, como uma prática que busca adquirir um caráter mais científico, envolve o docente competente que pode ser equiparado a um artista. Assim como um artista, o professor faz uso da intuição, da comunicação eficaz e da capacidade de transmitir sua mensagem de forma compreensível aos estudantes. A arte de ensinar inclui a definição de uma postura educativa e a seleção criteriosa das técnicas e ferramentas que correspondem aos objetivos educacionais que o professor pretende alcançar.

É essencial que o professor tenha uma percepção política mais abrangente para poder dar novo significado à sua prática, considerando as resistências que poderá enfrentar ao tentar implementar uma abordagem transformadora. Com essa visão ampliada, o professor compreende que a busca por diferentes técnicas pedagógicas não se resume a uma escolha arbitrária, mas sim a uma seleção cuidadosa das estratégias que melhor se adequam aos objetivos educacionais propostos.

Para promover uma mudança significativa na prática docente, o processo de capacitação não deve se limitar à participação em palestras, seminários e cursos, mas também deve envolver um engajamento em estudos sistemáticos e reflexivos.

Atualmente, é crucial que haja uma organização e atuação que contribuam de forma efetiva para o estabelecimento de políticas educacionais mais justas e adequadas em todo o país. Através do diálogo e do confronto de ideias, é possível identificar as reais necessidades, dificuldades e soluções para as questões que impactam a formação dos educadores e o sistema educacional como um todo.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Celso. Alfabetização Emocional. São Paulo: Terra, 1996.

BARBOSA, M. C. S. HORN, M. G. S. Projetos pedagógicos na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil,.Brasília: MEC, SEB, 2010.

CASTRO, Amélia D. de. A Trajetória Histórí-

ca da Didática. Série Ideias, n.11. São Paulo: FDE, 1991 p.15-25. Disponível em: http:// www.crmariocovas.sp.gov.br. Acesso em 20 jan. 2025.

COMENIO, João Amós. Didática Magna. 4. ed. 1976.
DELORS, Jackues. Educação: um tesouro a descobrir. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

EDWARDS, C.; GANDINI, L.; FORMAN, G. As cem linguagens da criança: abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância. Trad. Dayse Batista. Porto Alegre: Artmed, 1999.

FREIRE, Madalena. A paixão de conhecer o mundo: relato de uma professora. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

FRIEDMANN, Adriana. Brincar: crescer e aprender – o resgate do jogo. São Paulo: Moderna, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e a crise do capitalismo real. São Paulo: Cortez, 2010.

ISAIA, Silvia Maria de Aguiar. Desafios à docência superior: pressupostos a considerar. In: RISTOFF, Dilvo; SEVEGNANI, Palmira. Docência na educação superior. Brasília. Inep. 2005. p. 65-86.

LIBÂNEO, José C. Didática. São Paulo, Cortez, 1994.

MASSETO, Marcos Tarciso. Competência pedagógica do professor universitário. São Paulo: Summus, 1997.

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. Ensino: as abordagens do processo. São Paulo: EPU, 1986.

PIMENTA, Selma Garrido e ANASTASIOU, Léa das Graças Camargo. Docência no ensino superior. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

KINNEY, L.; WHARTON, P. Tornando visível a aprendizagem das crianças. Porto Alegre: Artmed, 2009.

SENGE, Peter. Escolas que aprendem: Um guia da Quinta disciplina para educadores, pais e todos os que se interessam pela educação. Porto Alegre: Artmed, 2005.

VEIGA, Ilma Passos A. Projeto Político Pedagógico: Uma construção coletiva. 2ª edição São Paulo: Papirus, 2001.

WEISS, Luise. Brinquedos & Engenhocas – Atividades Lúdicas com Sucata. São Paulo: Scipione, 1997.